

BOLETIM INFORMATIVO

cao.execucaopenal@mpmt.mp.br

Edição n° 1

**INFORMATIVO
DA EXECUÇÃO
PENAL**

2025

1

SUMÁRIO

2025

CAO da Execução Penal

Notícias	01
Conselhos Nacionais	02
Plano Pena Justa	03
Material de Apoio	04
Grupo Nacional de Execução Penal - GNEP	05
Gabinete de Crise	06
Planejamento Estratégico	07
Informativos	08



EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente
Procuradora de Justiça e Coordenadora

Roberto Arroio Farinazzo Júnior
Promotor de Justiça e Coordenador-
Adjunto

Arivaldo Guimarães da Costa Júnior
Promotor de Justiça Colaborador

Leoni Carvalho Neto
Promotor de Justiça Colaborador

Amanda Freire de Amorim
Assistente Ministerial e Psicóloga

Waldicele Maria de Arruda Duarte
Policia Penal

Vitória Harumi Pinheiro Yoshida
Auxiliar Ministerial

1. Notícias



Gravidade do crime não justifica exigência de exame criminológico. [Clique aqui.](#)



OAB questiona no STF monitoramento de conversas entre presos e advogados. [Clique aqui](#)



Aprovação no Enem é válida para remição de pena em qualquer situação. [Clique aqui](#)



SENAPPEN promove DICAP em Rede: participação social e enfrentamento ao estado de coisas inconstitucional nas prisões. [Clique aqui](#)



SENAPPEN garante mais de R\$44 mi aos estados para melhoria das condições de custódia e de trabalho no sistema prisional. [Clique aqui](#)



SENAPPEN investe mais de R\$18 milhões na criação de Núcleos de Atenção ao Servidor Penitenciário. [Clique aqui](#)



SENAPPEN investe no Núcleo de Atenção ao Servidor Penitenciário no Mato Grosso. [Clique aqui](#)



TJ-PA cria comitê para enfrentamento de problemas do sistema penitenciário. [Clique aqui](#)



Obrigações de exame para progressão de pena não é retroativa. [Clique aqui](#)



Programa de voluntariado nas APACs está com inscrições abertas em todo o Brasil. [Clique aqui](#)



STF recomeça nesta quinta (6) julgamento sobre revista íntima em presídios. [Clique aqui](#)



CAO DA EXECUÇÃO PENAL REALIZA VISITA INSTITUCIONAL AO SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA (SEJUS), DR. VITOR HUGO BRUZULATO TEIXEIRA

SEJUS



O Centro de Apoio Operacional da Execução Penal realizou, no dia 31 de janeiro de 2025, uma visita institucional à Secretaria de Estado de Justiça (Sejus) para apresentar sua equipe e os projetos em andamento.

O encontro contou com a presença do secretário da Sejus, **Dr. Vitor Hugo Bruzulato Teixeira**, da Procuradora de Justiça e Coordenadora do CAO, **Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente**, do Promotor de Justiça e Coordenador Adjunto do CAO, **Dr. Roberto Arroio Farinazzo Júnior** e teve como objetivo reforçar a cooperação entre os órgãos no aprimoramento da execução penal no estado.

Durante a reunião, foram expostas as principais atribuições do CAOEXP, bem como os projetos já aplicados nas unidades prisionais e aqueles em fase de desenvolvimento. O secretário da Sejus demonstrou interesse nas propostas e ressaltou a importância da atuação para a melhoria do sistema prisional.

A visita institucional reforça o compromisso do Ministério Público em atuar de forma integrada com a Sejus para garantir maior eficiência na execução das penas e na promoção da justiça criminal.



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N°01/2023

MPMT E MPT

VISITA TÉCNICA AO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO INDUSTRIAL AHMENON LEMOS DANTAS

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) realizou, em 29 de novembro de 2024, uma visita técnica ao Centro de Ressocialização Industrial Ahmenon Lemos Dantas, como parte do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2023 firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A ação contou com a presença da Procuradora do Trabalho **Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani** e da Procuradora de Justiça e Coordenadora do CAO da Execução Penal **Josane Fátima de Carvalho Guariente**, que avaliaram as condições estruturais e os programas de trabalho da unidade. Foram analisados setores como marmoraria, serralheria e cozinha, além da necessidade de capacitação dos servidores para atendimento da população LGBTQIAPN+ e melhorias na infraestrutura para os policiais penais.

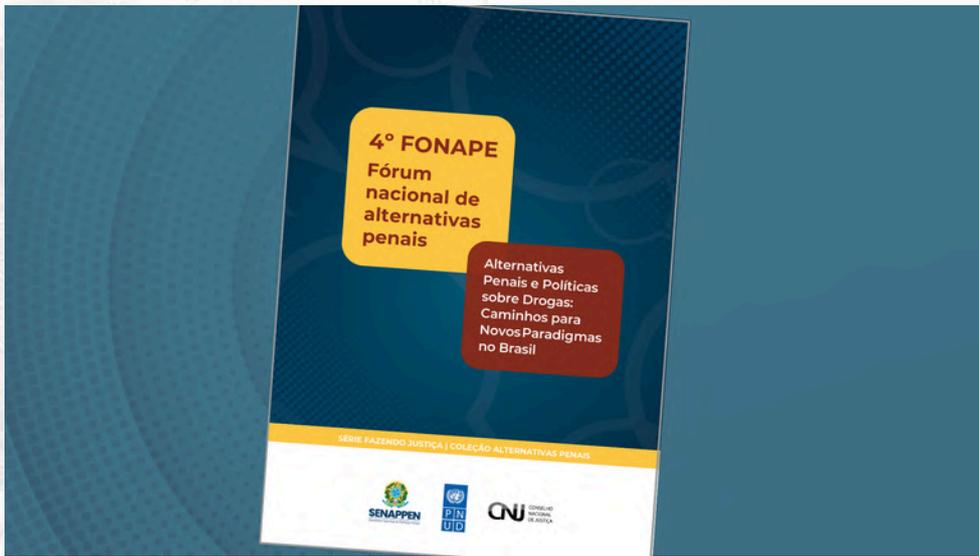
A iniciativa reafirma o compromisso do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) na defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade, promovendo melhores condições para a ressocialização. Além disso, destaca a importância do trabalho como ferramenta essencial para a reintegração social no sistema prisional, alinhando-se às diretrizes de dignidade e inclusão.



2. Conselhos Nacionais

Conselho Nacional de Justiça

Relatório apresenta caminhos para as alternativas penais no país



Previstas na legislação brasileira há 40 anos, as penas alternativas à prisão são tema de nova publicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com registros do 4.º Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape). O evento realizado pelo CNJ no ano passado em Brasília detalhou propostas e caminhos para o fortalecimento das medidas diversas da prisão com um olhar especial sobre a Lei de Drogas. Principal fórum do Judiciário para discussão sobre o tema, a próxima edição está prevista para 2025.

[Acesse o Relatório Final do 4.º Fonape](#)

O documento sistematiza as discussões nos 15 painéis e mesas temáticas do evento, que reuniu especialistas, representantes do poder público e da sociedade civil para trocar informações e experiências no tema. Artigos acadêmicos e práticas bem-sucedidas no campo das alternativas penais estão integralmente disponíveis nos anexos da publicação.

“Quando falamos em alternativas ao cárcere, é preciso oferecer à sociedade uma opção satisfatória do ponto de vista da responsabilização que tenha impacto positivo na sociedade e na segurança de todos. O relatório nos ajuda a amadurecer a discussão que ocorre em torno de uma nova onda no campo das alternativas penais, que inclui a sustentabilidade financeira e institucionalidade da política”, destaca Luís Lanfredi, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ).

Tanto a organização do Fonape quanto seu relatório são realizações do programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

[Clique aqui para saber mais.](#)

Conselho Nacional do Ministério Público

Ministro da Justiça do Chile e comitiva visitam o CNMP para conhecer práticas relativas ao sistema penitenciário brasileiro



Fotos: Leonardo Prado (Secom/CNMP).

O ministro da Justiça do Chile, Jaime Gajardo, outras autoridades do Ministério da Justiça e Direitos Humanos daquele país, da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Brasil (Senappen) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estiveram na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, nesta quinta-feira, 30 de janeiro.

A comitiva foi recebida pelo corregedor nacional do Ministério Público, Ângelo Fabiano Farias da Costa, pelo conselheiro e presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), Jaime de Cassio Miranda, e pela equipe da Corregedoria Nacional.

O encontro fez parte de uma agenda de dois dias por meio da qual os representantes chilenos visitaram, também, a Senappen e outros órgãos do sistema penitenciário brasileiro para conhecer práticas de gestão e realizar ações conjuntas entre o Brasil e o Chile.

Na visita à Senappen, realizada no período da manhã, Ângelo Fabiano e Jaime Miranda acompanharam a apresentação de membros integrantes da Secretaria à delegação chilena sobre o sistema penitenciário brasileiro.

Já no evento do CNMP, que ocorreu à tarde, o corregedor nacional apresentou o funcionamento e as atribuições do Conselho Nacional do MP e do Ministério Público brasileiro e se colocou à disposição para cooperar com o Chile nas demandas comuns aos dois países. Na ocasião, destacou o poder de investigação e as atribuições cíveis do MP.

[Clique aqui para saber mais](#)

3. Plano Pena Justa

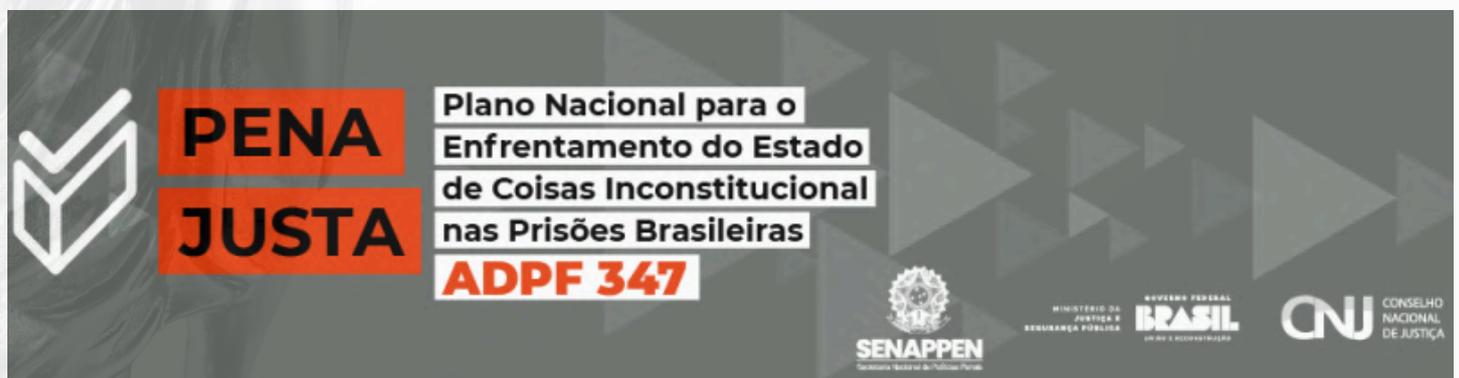
Plano Pena Justa - Plano Nacional Para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras - ADPF 347

A elaboração de um plano nacional para o enfrentamento do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras – Pena Justa – foi uma das determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) ao concluir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 (ADPF 347) em outubro de 2023.

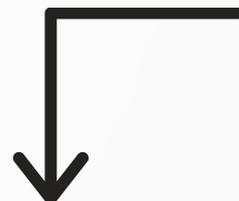
As premissas que orientam a elaboração do plano resultam de debate amadurecido ao longo de décadas pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Em diferentes momentos, verificou-se que a violação de direitos tem efeitos para além da vida das pessoas apenadas e favorece a formação e expansão de organizações criminosas.

E que ao negligenciar políticas de cidadania a esse público, contribui-se com a reincidência. Este plano propõe um sistema prisional que contribua para a segurança, realizada pela satisfação de direitos humanos e fundamentais de cada brasileiro e cada brasileira, favorecendo o desenvolvimento nacional em um sentido mais amplo.

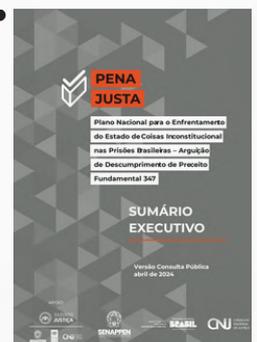
[Clique aqui para ler a Decisão do STF ADPF 347](#)



[Clique aqui para acessar o informativo Pena Justa](#)



[Clique aqui para acessar Sumário Executivo](#)



Cronograma

Etapas 2024

Fevereiro

Preparação **diálogos institucionais, consulta pública, audiência pública e outras interlocuções**

Março

Interlocução institucional com órgãos do **Executivo**

Interlocução institucional com órgãos do **Sistema de Justiça**

Reuniões técnicas com pontos focais do Executivo

Sistematização das contribuições

Abril

Consulta Pública

Diálogos com o **acadêmicos e especialistas**

Sistematização das contribuições

Maior

Oficinas de Engajamento com responsáveis técnicos das diversas pastas

Diálogos com o **Sistema Interamericano de Direitos Humanos**

Audiência Pública em Brasília

Sistematização das contribuições

Junho

Diálogos com o **Supremo Tribunal Federal**

Sistematização das contribuições

Julho

Entrega do **Pena Justa** ao STF para homologação

Entre 2024 e 2025 – médio prazo

STF valida plano nacional

Planos estaduais e distrital são apresentados ao STF seis meses após validação do Plano Nacional, com cronograma de atividades definido

A partir de 2027 – longo prazo

Concluída implementação do plano nacional três anos após validação do plano pelo STF

Concluída implementação dos planos estaduais e distrital três anos após validação dos planos pelo STF



4. Material de Apoio

SENAPPEN lança dossiê Diversidades na Execução Penal da Revista Brasileira de Execução Penal



Brasília/DF, 27/12/2024 – A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), por meio da Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), anuncia a publicação da [nova edição da Revista Brasileira de Execução Penal \(RBEP\), V5, N°2, intitulada "Diversidades na Execução Penal"](https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/issue/view/715). Esta versão é dedicada às diversidades no contexto da execução penal e reúne textos que abordam os desafios, avanços e realidades enfrentados pelas diversas populações que integram o sistema de justiça penal.

A publicação contou com a coorganização de Luciano Pereira dos Santos, membro do Conselho Científico da Revista, e apresenta 13 textos alinhados à temática central do dossiê, como “Interseccionalidade de mulheres privadas de liberdade e a relação de poder no sistema prisional” e “O papel do Policial Penal na garantia e preservação de direitos da população LGBTQIA+ no cumprimento da pena”, por exemplo.

Além disso, a edição inclui 8 textos publicados em fluxo contínuo, reafirmando o compromisso da RBEP com a divulgação ininterrupta de produções acadêmicas de excelência.

O dossiê conta ainda com uma entrevista concedida por Natália Corazza Padovani, Editora-Chefe da Revista Cadernos Pagu, à Luisa Bertrami D’Angelo, na qual são debatidas questões sobre diversidades no campo do sistema penal e os desafios para a consolidação de políticas penais pautadas no respeito à diversidade.

[Clique aqui para saber mais.](https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/issue/view/715)



Campanha Janeiro Branco promove reflexão sobre saúde mental e emocional



Brasília/DF, 08/01/2025 – A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), por meio do Comitê de Diversidade, convida todos os servidores e colaboradores do órgão a refletir sobre saúde mental e emocional, tema central da Campanha Janeiro Branco.

A iniciativa, que foi criada em 2014 e virou lei em 2023, tem como objetivo incentivar as pessoas a refletirem sobre suas vidas, emoções, pensamentos e comportamentos, promovendo o cuidado com a saúde mental e o bem-estar psicológico. A campanha alcança instituições públicas, escolas e empresas, além de profissionais de saúde, para fomentar uma cultura de acolhimento e empatia.

“A campanha Janeiro Branco é especialmente relevante no mundo atual, onde fatores como estresse, isolamento social e desafios econômicos têm impactado a saúde mental de milhões de pessoas. Reconhecer a necessidade de cuidar do equilíbrio emocional é fundamental para viver uma vida plena e saudável”, afirma a presidente do Comitê de Diversidade da SENAPPEN, Emanuelle Souto.

Significado - Janeiro é um momento em que as pessoas costumam traçar metas e planejar mudanças, estando mais abertas à introspecção e ao autocuidado. O branco simboliza a possibilidade de recomeço e criar novos projetos para a vida.

Livro - O Comitê de Diversidade Indica convida a todos a conhecerem o livro que aborda a Saúde Mental no ambiente de trabalho do policial penal federal. A obra Polícia Penal Federal Saúde Mental e o Mundo do Trabalho, escrita pelo servidor de carreira PPF Tiago Aluísio aborda, em 202 páginas, questões como a Síndrome de Burnout, cansaço físico e mental, indisposição no trabalho, sensação de insuficiência e reduzida autoestima na visão de quem atua no sistema prisional.

[Clique aqui para saber mais.](#)



SENAPPEN lança curso aberto “Força Penal Nacional: emprego e atuação” em modalidade EaD



Brasília/DF, 14/01/2025 – A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), por meio da Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), lançou, no dia 30 de dezembro de 2024, o curso aberto “Força Penal Nacional: emprego e atuação” disponível em modalidade EaD para os servidores do sistema penitenciário brasileiro e demais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A capacitação compõe o rol de **formação mínima para integrar a Força Penal Nacional (FPN)** e conta com carga horária de 40 horas/aula, divididas em 4 módulos.

O objetivo do curso é promover conhecimento da conceituação da legislação aplicada à FPN, bem como a compreensão do cenário nacional antes da criação da Força. Visa também o aprendizado dos processos de emprego e plano de trabalho, suas modalidades em situações episódicas, discorrendo sobre os resultados das ações da FPN, e os reflexos no sistema prisional nacional.

A Força Penal Nacional tem como objetivo fortalecer a segurança em situações emergenciais e no sistema prisional, atuando como uma unidade especializada em intervenções estratégicas e apoio às administrações estaduais.

Os interessados poderão realizar o curso na plataforma EaD ESPEN, por meio do site **SINESP SEGURANÇA**, desde que estejam com os cadastros atualizados na plataforma.

Dúvidas poderão ser sanadas através do e-mail: **tutoria.senappen@mj.gov.br**.

[Clique aqui para saber mais.](#)



SENAPPEN comemora crescimento na adesão dos estados no Escuta Susp



Brasília/DF, 17/01/2025 - A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) comemora o crescimento do Projeto Escuta SUSP, em seis meses de atuação o programa beneficiou 421 policiais penais em 11 unidades federativas. O Escuta SUSP é um projeto do Ministério da Justiça (MJSP), que promove atendimento psicológico online para servidores da segurança pública.

Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Distrito Federal são os estados que já aderiram ao Escuta SUSP e oferecem atendimento aos policiais penais e demais integrantes da segurança pública. Entre os atendimentos, foram registradas 4.456 sessões de teleconsultas confidenciais e gratuitas.

O Escuta SUSP é um projeto do MJSP que oferece assistência psicológica especializada, de forma online, aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). É coordenado pela SENASP, em parceria com a SENAPPEN, no setor especializado na valorização dos profissionais de segurança pública, integrado por policiais de diversas instituições do país. O projeto é executado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília.

Em agosto de 2024, a SENAPPEN por meio da Diretoria de Políticas Penitenciárias (DIRPP), tornou-se parceria na execução desta iniciativa que contava com a colaboração de quatro estados. Em três meses o número de policiais penais atendidos saiu de 200 para a marca de mais de 400 profissionais beneficiados pelo projeto. Desde então, registra-se um avanço significativo das unidades participantes, e contabiliza 1.221 profissionais cadastrados.

[Conheça o Escuta Susp](#)

[Clique aqui para saber mais.](#)

5. Grupo Nacional de Execução Penal - GNEP

O Grupo Nacional de Execução Penal (GNEP) é órgão do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), criado por meio de deliberação na III Reunião Ordinária, realizada em 15/02/2023, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília/DF, e composto por representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar.

A Missão do GNEP é impulsionar o diálogo das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro, inclusive com os demais atores da sociedade, a fim de promover a efetividade da aplicação da lei, garantindo o cumprimento das penas e os direitos dos indivíduos afetados por ela. Dentre os seus primados, destaca-se a utilização de estratégias de comunicação com vistas à difusão do conhecimento e ao fortalecimento da imagem institucional. [clique aqui.](#)



6. Gabinete de Crise no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Gabinete de Crise é instituído no âmbito do Ministério Público de MT



Com o objetivo de gerenciar questões inerentes às crises que demandem medidas por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, assinou no dia 25 de outubro de 2024 o Ato Administrativo que institui o Gabinete de Gerenciamento de Crise no âmbito da instituição. A assinatura ocorreu durante o curso **“Atuação Ministerial em Crises na Segurança Pública: à Luz da Recomendação nº 90/2022 do CNMP”**.

Conforme o ato, caberá ao Gabinete de Crise, entre outras atribuições, planejar medidas, definir atores e recomendar a adoção de ocorrências semelhantes, de forma a subsidiar as tomadas de decisões; identificar providências que possam melhorar o desempenho do MPMT na crise; elaborar o Plano de Gerenciamento de Crise; e integrar, quando for o caso, em caráter extraordinário, eventual Gabinete de Crise Interministerial ou Interinstitucional, Estadual ou Federal, observadas as competências e atribuições constitucionais e legais de cada um dos partícipes.

“A existência de um Gabinete de Gerenciamento de Crise abrangendo também outras áreas de atuação ministerial possibilitará a flexibilização necessária para o enfrentamento de crises diversas, como agrária, indigenista, da educação, da saúde, do transporte público, entre outras, cuja intervenção do Ministério Público seja imprescindível”, afirmou o procurador-geral de Justiça.

Deosdete Cruz Junior afirmou ainda que a criação do Gabinete de Gerenciamento de Crise para atuar na prevenção, antecipação e resolução das crises enfrentadas pelo Estado está em sintonia com as necessidades e anseios da sociedade mato-grossense.

[Clique aqui para saber mais.](#)

Projeto Reconstruindo Sonhos

LOGO DO PROJETO E O SEU SIGNIFICADO



A logo do Reconstruindo Sonhos foi idealizada percebendo os elementos, premissas e ideais do projeto, que busca fortalecer a reinserção social dos reeducandos e a redução da reincidência criminal, por meio da qualificação, habilitação para o mercado de trabalho e ampliação da compreensão do sentido da vida.

A escolha das cores centrais representam a diversidade e pluralidade de gêneros.

No centro, as cores em amarelo e laranja remetem a chama, a esperança, a luz da vida. Ao mesmo tempo que também passa a ideia de movimento e ação de humanos, - ação e atitude.



01

Chama



02

Pessoas em ação



03

Meia Lua - Sonhos



04

Movimento

PROJETO RECONSTRUINDO SONHOS ENCERRA PRIMEIRA FASE EM MIRASSOL D'OESTE NO DIA 29/12/2024



Promover a reinserção social, contribuir com a ampliação da compreensão do sentido da vida e assegurar a ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Esses são alguns dos objetivos do projeto "Reconstruindo Sonhos", que em dezembro do ano passado encerrou a primeira fase na Cadeia Pública de Mirassol d'Oeste (município distante 296km de Cuiabá).

Nesta primeira turma, iniciada em 27 de setembro e encerrada no dia 19 de dezembro, vinte reeducandos foram beneficiados com encontros semanais que abordaram temas como valores, humanização e espiritualidade, relações interpessoais, família, comunicação, trabalho, perspectiva de futuro, entre outros. O projeto segue em 2025 para a segunda fase, com a oferta de curso profissionalizante de gesso, a ser ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-MT).

O encontro de encerramento da primeira fase contou com a participação da procuradora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, do promotor de Justiça Emanuel Filartiga e sua equipe, e de seis alunos estagiários do curso de Psicologia, que atuam como multiplicadores voluntários do projeto.

[Clique aqui para saber mais.](#)

COM APOIO DA PREFEITURA A SEGUNDA FASE DO PROJETO "RECONSTRUINDO SONHOS" É INCIADA COM DETENTOS DE SINOP



CRÉDITO - SEJUS MT

A Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira (Ferrugem), em Sinop (MT), deu início ao projeto "Reconstruindo Sonhos", que oferece qualificação profissional para Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs).

A iniciativa conta com um curso de corte e costura, realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em parceria com o projeto SER Família Capacita 2025, e o apoio da Prefeitura de Sinop.

A aula inaugural aconteceu na última sexta-feira (24), e as atividades começaram oficialmente na segunda-feira (27). Durante 20 dias, os 20 detentos inscritos terão aulas teóricas e práticas, ministradas de segunda a sexta-feira, em período integral, dentro da unidade prisional.

O coordenador do Sistema Nacional de Emprego (SINE), Laércio Serenine, destacou a importância do curso para a reintegração dos participantes ao mercado de trabalho. Segundo ele, os detentos com bom comportamento terão a chance de sair da penitenciária já empregados, o que contribui para a redução da reincidência criminal e promove uma reinserção social mais efetiva.

Além da capacitação profissional, o "Reconstruindo Sonhos" busca proporcionar inclusão social e cidadania, oferecendo aos participantes uma nova perspectiva para o futuro. A iniciativa reforça o compromisso com a ressocialização por meio da educação e do trabalho, permitindo que os detentos desenvolvam novas habilidades e conquistem autonomia para recomeçar suas vidas de maneira digna e produtiva.

[Clique aqui para saber mais.](#)

7. Planejamento Estratégico

Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC

➔ O que é a APAC?

A APAC é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Ela ainda opera como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade.



O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar.

O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, com o objetivo de oferecer ao condenado condições de recuperar-se, buscando em perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, o socorro às vítimas a promoção da justiça restaurativa.

➔ Método APAC

A APAC é composta de 12 elementos:

1. Participação da Comunidade;
2. Recuperando ajudando Recuperando;
3. Trabalho;
4. Espiritualidade;
5. Assistência jurídica;
6. Assistência à saúde;
7. Valorização Humana;
8. Família;
9. O Voluntário e o curso para sua formação;
10. Centro de Reintegração Social – CRS;
11. Mérito;
12. Jornada de Libertação com Cristo.





GOVERNO DE MATO GROSSO SANCIONA LEI Nº 12.773/24 QUE FORTALECE PARCERIA COM APACS



O Governo do Estado de Mato Grosso sancionou, em 20 de dezembro de 2024, a **Lei nº 12.773/24**, que autoriza a formalização de convênios entre o Estado e as **Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs)**. A nova legislação fortalece a implementação do método apaqueano nos Centros de Reintegração Social (CRS).

A sanção da lei foi resultado de um acompanhamento realizado pelo Centro de Apoio Operacional da Execução Penal, junto a Assembleia Legislativa, em consonância com as diretrizes da Procuradoria Especializada Criminal.

[Clique aqui para acessar a legislação](#)



8. Informativos

Superior Tribunal de Justiça

◆ Informativos 836/2024 ◆

Acordo de colaboração premiada. Previsão de trabalho externo e de aplicação dos benefícios da execução. Pleito de remição de dias trabalhados. Ausência de fiscalização e de comprovação de jornada de trabalho. Irrelevância. Atividade advocatícia efetivamente desempenhada.

Estando devidamente comprovado o exercício de atividade laboral autônoma pelo apenado, é ilegítimo afastar a remição quando não há comprovação de supervisão da atividade e do cumprimento da jornada mínima de 6 horas diárias.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Og Fernandes, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 12/8/2024, DJe 20/8/2024.

[Acesse o informativo completo clicando aqui.](#)

Pena privativa de liberdade. Regime inicial semiaberto. Condenação oriunda da Justiça estadual. Apenado domiciliado em comarca diversa da condenação. Competência que remanesce com o Juízo da condenação. Expedição de carta precatória. Possibilidade.

Compete ao juiz da sentença ou ao indicado na lei local de organização judiciária a execução penal de condenação oriunda da Justiça estadual ao cumprimento de pena em regime semiaberto, ainda que haja mudança de domicílio do apenado.

CC 208.423-SC, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 25/9/2024, DJe 27/9/2024.

[Acesse o informativo completo clicando aqui.](#)





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

1011

NO BITTING
ON STAIRS